

**FUNDAMENTOS RACIONAIS DA ÉTICA E
RELAÇÕES INTERCULTURAIS EM UM
MUNDO GLOBALIZADO**

***ETHICS RATIONAL FOUNDATIONS AND
INTERCULTURAL RELATIONS IN A
GLOBALIZED WORLD***

Renato Somberg Pfeffer

Graduado em Jornalismo pela UFMG, História pela FAFI-BH, mestre em Sociologia pela UFMG, Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madri (título revalidado pela UFJF). Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais do Grupo IBMEC/MG.

E-mail: renatopfeffer@yahoo.com.br

RESUMO

Existe nos dias atuais uma consciência planetária que faz necessária uma aliança entre todos os povos, e destes com o meio ambiente, para que a convivência seja minimamente pacífica. Por isso a necessidade de voltarmos aos fundamentos racionais onde outrora nasceram a ética e a moral. Estes fundamentos se encontram na necessidade humana de morar junto com o outro, do cuidado com os bens comuns e do cuidado recíproco. Esse artigo se propõe a repensar os fundamentos racionais da ética a partir de uma releitura dialética entre o pensamento grego e iluminista. O diálogo entre estes sistemas racionais tem como objetivo repensar a questão da ética no mundo contemporâneo marcado pelas relações interculturais. Parafraseando Hegel, as relações interculturais exigem a repressão do desejo e o retardamento do consumo, ou seja, elas exigem uma nova racionalidade, uma medida comum, um reeducar do ser humano.

Palavras-chave: Ética, fundamentos, racionalidade, relações interculturais.

ABSTRACT

There is nowadays a planetary consciousness that is needed an alliance among all people, and those with the environment, to find peaceful coexistence. We must return with urgency to rational foundations where once born ethics and morals. These fundamentals are the human need to live together with each other, caring for the common good and mutual care. This article proposes to rethink ethics rational foundations from a dialectical rereading between Greek and Enlightenment thought. The dialogue between these rational systems aims rethink the issue of ethics in the contemporary world which is characterized by intercultural relations. Paraphrasing Hegel, intercultural relations require desire's repression and consumption's

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

delay, in other words, they require a new rationality, a common measure, reeducate the human being.

Keywords: Ethics, foundations, rationality, intercultural relations.

1 INTRODUÇÃO

Existe nos dias atuais uma consciência planetária que faz necessária uma aliança entre todos os povos, e destes com o meio ambiente, para que a convivência seja minimamente pacífica. O caminho para harmonizar esta casa comum é longo e tortuoso dada a indiscutível crise moral e ética que assola a humanidade. A urgência de práticas salvadoras faz urgir pontos comuns que as orientem, daí a necessidade de voltarmos aos fundamentos onde outrora nasceram a ética e a moral. Estes fundamentos se encontram na necessidade humana de morar junto com o outro, do cuidado com os bens comuns e do cuidado recíproco. Destes fundamentos é possível refletir como devemos nos comportar nos dias atuais.

A modernidade trouxe uma inegável gama de benefícios materiais que não foram acompanhados pelo debate ético. A consequência deste processo é o vazio existencial e a desumanização das relações entre pessoas, povos e a natureza. Como operar uma religação? Duas forças devem atuar de forma sinérgica para que este objetivo seja alcançado: cada um deve fazer valer sua identidade e, ao mesmo tempo, ser capaz de integrar-se com o outro em relações

cooperativas. Um sutil equilíbrio entre estas forças garante a conservação do singular sem destruir a harmonia do todo.

A modernidade rompeu esta justa medida fazendo os homens reforçar a singularidade em detrimento da integração. Esta postura ameaça a própria espécie humana e seu habitat. O ser humano necessita fazer desta casa comum um lugar de comunhão e paz com todas as culturas, com todas as formas de vida. Isto passa pelo estabelecimento de um novo paradigma ético que coloque a vida em comum no centro das preocupações.

O ser humano é sobrenatureza e, por isso, é capaz de modificá-la construindo sua morada. Desde os primórdios, a humanidade demonstrou sua sede de conquista que não conheceu limites até hoje. Se continuarmos neste ritmo alucinante, o próprio planeta será destruído. Paradoxalmente, hoje precisamos conquistar o que está dentro de nós, e não fora: autolimitação, compaixão, austeridade. Como nos diz Boff, “aprendemos dos antigos como sanar a crise civilizacional: vivendo sem excesso, na justa medida e no cuidado essencial para com tudo o que nos cerca” (BOFF, 2003, p. 73). O cuidado com as coisas deve substituir nossa sede de conquista. O cuidado é gesto amoroso que protege tudo o que é vivo, sendo uma atitude ética mínima para garantir nosso futuro.

No te di, Adán, ni una ubicación fija, ni un aspecto propio, ni función alguna que te fuera peculiar,

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

para que así puedas tener y poseer el lugar, el aspecto y los bienes que, según tu voluntad y pensamiento, tú mismo elijas. (...) Definirás los límites de tu naturaleza según tu propio albedrío, en cuyas manos te he colocado. (...) Te esculpas de la forma que prefieras. Podrás degenerar hacia los seres inferiores, que son los animales irracionales, o podrás regenerarte en los seres superiores, que son los divinos, según la voluntad de tu espíritu (PICO DELLA MIRÁNDOLA, 1988, p. 50-51).

Em busca dessa justa medida, esse artigo se divide em duas partes: a primeira analisa os fundamentos racionais da ética a partir de uma releitura dialética entre o pensamento grego e iluminista. Para isso, são apresentados, de forma sintética, os sistemas éticos aristotélico e kantiano, a ética da *eudaimonia* e a ética do dever, respectivamente. O primeiro concebido como fundamento a posteriori da lei moral e o segundo como fundamento a priori da lei moral. A ética hegeliana será trabalhada como a síntese desses dois fundamentos (ARISTÓTELES, 1985; KANT, 1994, 1977; HEGEL, 1972, 1973). O diálogo entre estes sistemas tem como objetivo repensar a questão da ética no mundo contemporâneo marcado pelas relações interculturais, tema que será apresentado na segunda parte do texto.

2 O CONCEITO E BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO ÉTICO

Já no pensamento grego antigo, a ética se constituiu em um campo específico da filosofia, aquele que trata do problema do bem. Sua característica básica é estudar as ações humanas, públicas ou individuais, e elaborar uma orientação normativa dentro daquilo que

seja estabelecido como bem. Para Heráclito (*apud* LIMA VAZ, 1999, p. 85), o *ethos* significava a morada do homem, a sua habitação, lugar onde o homem está resguardado das ameaças e riscos do mundo. Sem esta morada o mundo tornar-se-ia inabitável. Por outro lado, e de modo complementar, os gregos concebiam o *ethos* como comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos. Através de sua habitação, os homens criam os seus hábitos.

Esta dupla significação do termo *ethos* entre os gregos conduz Boff (2003) a distinguir ética e moral. Ética seria o caráter, espírito ou atitude de uma pessoa ou povo. Ela diz respeito à nossa subjetividade e nos foi inculcada a partir das nossas relações sociais. A partir dela agimos desta ou daquela maneira, considerando questões de fundo acerca da vida, estatuidando princípios e valores que nos orientam. Enfim, “é o conjunto ordenado dos princípios, valores e motivações últimas das práticas humanas, sociais e pessoais” (BOFF, 2003, p. 39). Já a moral é a expressão cultural de nossa ética, é a parte da vida concreta. São os princípios éticos que, ao adquirirem força de valores, se tornam determinantes no modo de agir de um grupo. É a prática real que se expressa nos costumes, hábitos e valores consagrados. A moral depende de nossa cultura e, por isso, varia de lugar para lugar. Portanto, “são os costumes, os

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

hábitos e comportamentos concretos das pessoas” (BOFF, 2003, p. 39).

Através da tradição, o *ethos* é transmitido simbolicamente nos mitos, na arte, no saber, no trabalho, entre as gerações, constituindo identidade cultural de um povo. Esta identidade ética não é transmissível linearmente. Ela possui uma dinâmica espontânea. A ética nasce como princípio cultural de organização da vida social humana. Somente aí, a filosofia a constitui como uma área específica de estudo teórico. Como uma disciplina filosófica, a ética tem como problema as questões do bem e da liberdade da vontade humana frente ao determinismo da natureza. Ela busca estabelecer uma relação entre a lei moral e a lei da natureza e, assim, determinar um comportamento normativo para o homem.

A origem do pensamento ético grego se encontra na passagem do pensamento mítico para o filosófico, ou seja, na tragédia. Na consciência mítica o destino é aceito. Não há, então, um comportamento ético na medida em que falta a dimensão subjetiva que caracteriza o ato livre e autônomo. Entre o pensamento mítico e o filosófico, há um período intermediário caracterizado pela consciência trágica. Nas tragédias - Ésquilo, Sófocles e Eurípedes - figuras lendárias questionam o destino e apresentam uma face humana. Recusam-se a sucumbir aos desígnios divinos, buscam

PFEFFER, R. S.

uma identidade. O ser passivo dá lugar ao ser com vontade. Determinismo e liberdade se confrontam.

PROMETEU: Sem dúvida, meus amigos se condoerão de mim.

O CORO: Mas... nada mais fizeste, além disso?

PROMETEU: Graças a mim, os homens não mais desejam a morte.

O CORO: Que remédio lhes deste contra o desespero?

PROMETEU: Dei-lhes uma esperança infinita no futuro. (ÉSQUILO, 1993, p. 119).

Daí em diante caberá à filosofia compreender o mundo. A concepção filosófica grega de ética, porém, não era uníssona (LIMA VAZ, 1999, p. 85-93): os sofistas consideravam a moral como resultado de convenções humanas. Sócrates se opunha aos sofistas e buscava os princípios da moral na natureza humana. Afirmava que o sábio era símbolo da virtude e o vício se igualava à ignorância. Platão também acreditava ser o sábio o único capaz de se soltar das amarras que o obrigam a ver apenas sombras e vislumbrar o bem. Em Aristóteles, o homem buscava a felicidade, que consiste não no prazer ou riqueza, mas na vida contemplativa cuja realização depende da racionalidade. Para ele, o sujeito moral é compreendido como cidadão, pois ética e política não se separam. No período helenista, destacaram-se duas tendências opostas: o hedonismo e o

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

estoicismo. O primeiro igualava o bem ao prazer, o segundo ao desprezo do prazer.

Na idade Média, a visão teocêntrica impregnou os valores éticos de religião. Bem e mal se vincularam à fé. A partir dos tempos modernos e culminando com o Iluminismo, a moral se torna laica. Ser moral e religioso se separam e o fundamento dos valores vai ser buscado no próprio homem. O iluminismo exalta a capacidade do homem conhecer e agir pela razão (LIMA VAZ, 1999 p. 341-254). O sistema ético proposto por Kant no século XVIII talvez tenha sido a última tentativa da Filosofia de estabelecer princípios universais para ética fundados na razão.

A revolução técnico-científica contemporânea, no entanto, provocou a necessidade de repensar o paradigma ético de nossa civilização, superando, mas também aprendendo com a racionalidade ética kantiana ou grega. O mundo informacional no qual não dá importância às normas pré-estabelecidas e desafia a ideia de valores universais. Os contratos sociais normativos têm que estar em permanente discussão. Sendo a ética um conjunto de princípios norteadores da conduta, ela se relaciona com sujeitos autônomos que são capazes, em diversas situações para as quais não existem normas prontas, de tomar decisões criando novas normas. Ouvir uns aos outros é a ordem na contemporaneidade e,

neste processo, negociar contratos que estabeleçam limites e nos permitam superá-los.

3 ÉTICA ARISTOTÉLICA

Numa época tão desorientada como a nossa, Lima Vaz (1999 p. 109) relembra de maneira inequívoca a importância de Aristóteles. Não se encontra nele soluções prontas, mas princípios válidos para equacionar as perplexidades do fim do século sem apelar a nenhum critério religioso. Aristóteles (1985) coloca no centro de sua ética e de sua política o conceito de excelência e vincula estreitamente os dois domínios. Sua ética é a do cidadão, o habitante da polis. Nesta perspectiva, ele constrói uma lógica da ação no centro da qual estaria a forma de excelência denominada discernimento, cujo ato próprio é a decisão lúcida. Esta é tanto escolha adequada dos meios quanto a concretização do princípio universal do agir humano - a busca da vida mais desejável e satisfatória.

A finalidade da ética é o bem do indivíduo que se prepara para viver com outros na pólis. Qual é o bem ético do indivíduo, fim ao qual todo indivíduo aspira? A felicidade (*eudaimonia*). A *eudaimonía* aristotélica é procurada por si mesma e não em vista de outra coisa. Ela é um bem perfeito pelo seu grau de autossuficiência (*autarkéia*). Para o homem, o bem é sempre a excelência (*areté*) e o bem ético, a

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

felicidade, consiste numa atividade da alma de acordo com uma virtude. A felicidade é um exercício cotidiano que a alma realiza durante toda vida.

Ao contrário do idealismo platônico que acreditava em um bem universal separado do sensível, Aristóteles defende que o bem não é igual para todos os seres e só pode ser alcançado pela ação e não pela teoria. As ações humanas não são inteiramente naturais, pois ele possui vontade deliberativa no que se refere ao futuro. O futuro é algo possível, mas não necessário. O ser humano é um ser misto na medida em que a vontade racional é sua essência e, ao mesmo tempo, possui um lado que é também natureza. O apetite-desejo e a natureza racional estão em constante conflito no ser humano. A tarefa da ética seria educar nosso apetite-desejo para que evite o vício originado nas paixões e alcance a virtude.

A falta de medida (*hýbris*) é a origem de todos os vícios. A virtude é a medida entre dois extremos, o justo meio, nem excesso nem falta. A ética é a ciência da moderação, da prudência. É a ação-decisão de impor limites ao que não conhece limites por si. A virtude é um hábito adquirido e a ética nos orienta para sua aquisição. Exercita-se a vontade para deliberar meios e escolher fins que permitam satisfazer o apetite-desejo sem cair nos extremos. Uma submissão à medida racional. Seu objetivo é a felicidade do indivíduo. O virtuoso é feliz porque é prudente e moderado.

PFEFFER, R. S.

Llamo término medio de la cosa al que dista lo mismo de ambos extremos, y éste es uno y el mismo para todos; y relativamente a nosotros, al que ni es demasiado ni demasiado poco, y éste no es ni uno ni el mismo para todos. [...]. Es, por tanto, la virtud un hábito selectivo que consiste en un término medio relativo a nosotros, determinado por la razón y por aquella por la cual decidiría el hombre prudente (ARISTÓTELES, 1985, p. 26).

A análise da ética aristotélica se completa na transição desta para política. O vínculo entre ética e política é constituído pela subordinação dos bens individuais ao bem comum e pela identidade da disposição do prudente e do político, ou seja, moderar e legislar, oferecendo a medida e a regra correta. As leis se referem ao bem da comunidade política e são justas as ações que tendem a conservar a felicidade desta comunidade. Prudência e justiça nos encaminham da ética para a política e nos preparam para a mais alta virtude moral e política; a amizade entre iguais (*phília*). Amizade é a benevolência mútua, cada um desejando o bem do outro. Esta só pode existir entre virtuosos. Por que a amizade é a mais alta virtude moral? A ética visa ensinar autonomia e somente o primeiro motor imóvel (Deus) é autárquico. Os homens, não podendo ter esta plenitude, podem imitá-la pela amizade. Amigos formam uma amizade mais perfeita que indivíduos isolados e, ajudando-se desinteressadamente, fazem com que cada um seja autônomo. O homem imita a autarcia de Deus pela amizade e faz a pólis imitar a autarcia do cosmos.

4 ÉTICA KANTIANA

Na crítica à razão pura, Kant (1977) chega à conclusão da impossibilidade da metafísica como conhecimento científico. Em outros termos, existem limites para aquilo que o homem pode saber. Nunca poderemos entender as coisas “em si”, somente como elas são “para nós”, isto porque as coisas se mostram à nossa consciência como eventos no tempo e no espaço, dentro da lei da causalidade. A razão, no entanto, nos força a fazer perguntas sobre a existência de Deus, a imortalidade da alma,... Não temos material sensorial para responder estas questões e pontos de vista opostos parecerão sempre prováveis tornando as respostas questões de fé.

Como, então, alcançar os objetos da metafísica sem passar pelo conhecimento científico? Existiriam, segundo Kant, outras vias, entre elas a consciência moral. A consciência moral ou razão prática contém em si certos princípios utilizados pelo homem para formular juízos morais acerca de si mesmo e do mundo que o cerca. A estes princípios de consciência moral, Kant nomeia razão prática para fazer patente a presença de princípios racionais que podemos julgar por meio da apreensão interna de sua evidência. Kant está se referindo à razão aplicada à ação, à prática, à moral. Uma análise destes princípios conduz Kant aos qualificativos morais (bom ou mau, moral ou imoral,...) que só podem aplicar-se ao homem, pois só o ser humano realiza atos voluntários. “...contando con toda nuestra

experiencia, no conocemos ningún otro ser capaz de obligación (activa o pasiva) más que el hombre”. (KANT, 1994, p. 308).

Kant afirma que todo ato voluntário se apresenta à razão na forma de imperativo. O imperativo hipotético é aquele que consiste em sujeitar o mandamento a uma condição (“se quer algo, faça...”). Os imperativos categóricos não possuem condições (“honra teus pais”, “não matarás”,...). Uma vontade é realmente moral, uma “boa vontade”, quando se sujeita aos imperativos categóricos. Uma vontade perde o valor moral se é feita por esperança ou temor. No ato moral a pessoa determina-se a realizá-lo unicamente porque esse é o ato moral devido. Este respeito ao dever é simplesmente a consideração à forma “dever”, seja qual for o conteúdo ordenado. Haveria uma lei moral universal anterior a qualquer experiência (formal), que valeria para todas as situações sendo inevitável e que não poderia ser provada pela razão. O imperativo categórico é formulado sob alguns princípios: 1) ao fazer algo devo acreditar que outros fariam a mesma coisa na mesma situação; 2) nós e os outros devemos ser sempre fins em si mesmo e nunca meio; 3) não faça aos outro o que não desejas para ti.

A necessidade de expressar o fundamento da lei moral faz Kant fazer uma distinção entre autonomia e heteronomia da vontade. Ela é autônoma quando dá a si mesma sua própria lei. Heterônoma quando recebe passivamente a lei de alguém. Nas éticas que a

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

história conhece os princípios da moralidade foram impostos ao homem que as aceita devido às consequências que suas ações podem acarretar. O eudaimonismo aristotélico, por exemplo, é heterônomo porque o fundamento determinante da vontade é sempre a consideração que o sujeito há de fazer daquilo que vai acontecer-lhe. Somente é autônoma a formulação da lei moral que coloca na vontade mesma a origem da própria lei. Isto obriga que seu conteúdo não seja empírico, mas uma lei puramente formal. O ato meritório não consiste em ajustar a conduta a tal e qual preceito, mas obedecer à universalidade e necessidade da lei moral.

Juzgando según la mera razón, el hombre no tiene deberes más que hacia el hombre (hacia él mismo o hacia otro); porque su deber hacia cualquier sujeto es una coacción moral ejercida por la voluntad de éste. Por tanto, el sujeto que coacciona (que obliga) tiene que ser, en primer lugar, una persona, en segundo lugar, esta persona tiene que estar dada como un objeto de la experiencia: porque el hombre tiene que actuar en pro del fin de la voluntad de esta persona, y esto sólo puede suceder en la relación recíproca entre dos seres existentes [...]. (KANT, 1994, p. 308).

Em síntese, a ação moral é resultado do esforço de superar-se a si mesmo. É seu dever seguir a lei moral que Kant nomeia ética do dever. A atitude é fundamental, não as consequências da ação. Agir de acordo com a lei moral significa agir com liberdade. Enquanto seres sensíveis estamos entregues à lei da causalidade, pertencemos à ordem da natureza, não possuímos livre

arbítrio. Quando agimos com nossa razão prática e fazemos escolhas morais estamos exercendo o livre arbítrio. Ao ir além de nossos desejos estamos exercendo autonomia e liberdade. Kant estava rejeitando a concepção aristotélica que norteava a ação a partir da busca da felicidade. Agir moralmente se funda na razão que descobre uma lei universal e necessária, pois preserva a dignidade do homem.

As premissas para a ação moral do homem são a imortalidade da alma, existência de Deus, livre arbítrio. Estes são postulados práticos não provados e necessários à moral humana. Partindo destes postulados, Kant afirma que o certo e o errado são mais que uma questão de sentimento. Isto era inerente à razão humana. Todos possuímos uma razão prática que nos diz o que é certo ou errado.

Pela via da consciência moral, Kant chega aos objetos da metafísica que, na crítica à razão pura, declarara inacessíveis para o conhecimento teórico. Acaba proclamando a primazia da razão prática sobre a pura. Ela nos conduz àquilo que realmente existe, o mundo das puras almas racionais, livres e santas. Uma vontade livre regida pelo supremo criador, Deus, no qual o real e o ideal se encontram. A razão teórica, portanto, está a serviço da razão prática, pois sua função é conhecer este mundo real que é um trânsito para o mundo essencial das coisas “em si mesmas”.

5 ÉTICA HEGELIANA

A filosofia de Hegel (1972, 1973), profundamente envolvida com preocupações políticas e religiosas, propõe articular um sistema de pensamento que demonstre a unidade de todas as coisas como um espírito absoluto. O espírito do mundo ou razão do mundo é uma referência à soma de todas as manifestações humanas. Kant (1977) afirmara a existência das coisas em si embora contestasse que o homem pudesse ter um conhecimento claro dos segredos da natureza. Hegel, ao contrário, dizia que a verdade era subjetiva e contestava a possibilidade de haver uma verdade acima da razão humana.

Hegel retoma a concepção de Parmênides acerca da identidade entre ser (a realidade objetiva) e pensamento (a razão subjetiva): o que é racional é real e o que é real é racional. Todavia, esta identidade não é estática, pronta e acabada, mas dialética. Ela consiste na dinâmica que, a partir da contradição dos opostos, suprassume (*aufhebung*) a oposição em uma síntese que contém a unidade do que antes era dividido. Esta suprassunção dialética dos opostos é pensada como o próprio modo de ser do tempo, compreendido como uma dinâmica de unidade da tensão entre ser e não-ser no devir.

O tempo corresponde à dinâmica do processo dialético, pelo fato de que quando ele é, imediatamente já não é mais. Neste sentido a dialética é o movimento de suprassunção das oposições entre

pensamento e realidade que unifica o absoluto no espírito; este processo dialético do tempo, Hegel denomina de história.

A história, pensada como um movimento de suprassunção dialética da dicotomia homem-mundo constitui-se como um processo evolutivo do espírito que, passando pelo momento do mundo oriental, pelo do mundo greco-romano para chegar ao mundo germânico, busca o saber absoluto. Este é o momento em que o espírito abole a dicotomia entre sujeito e objeto, compreendendo o absoluto como o pensamento que se pensa a si mesmo. Neste saber, desligado de toda unilateralidade quer subjetiva, quer objetiva, a totalidade das experiências que a consciência atravessou ao longo de sua história se identifica com o sujeito, na medida em que o homem interiorizou progressivamente todas as experiências que passou, constituindo assim um saber que, por se autocompreender em sua unidade, é o próprio espírito absoluto.

Em Hegel as “forças objetivas” (família e estado) adquirem enorme importância. Sem perder de vista o indivíduo e sua liberdade, ele o vê, sobretudo, como parte orgânica de uma comunidade. A razão ou espírito do mundo só se tornam visíveis na interação de pessoas. Para ser eu mesmo, eu preciso do outro. O indivíduo nasce em um meio histórico e ninguém tem uma relação livre com este meio.

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

Retomando Aristóteles, Hegel afirma a inexistência do ser a-histórico que não consegue lugar no Estado.

Sólo en el Estado tiene el hombre una existencia conforme a la Razón. El fin de toda educación es que el individuo deje de ser algo puramente subjetivo y se objetive en el Estado. El individuo puede ciertamente utilizar el Estado como medio para alcanzar esto o aquello; pero la verdad exige que cada cual quiera la cosa misma y elimine lo inesencial. Todo cuanto es el hombre, se lo debe al Estado: en él reside su ser. Todo su valor, toda su realidad espiritual, no los tiene sino por el Estado. (HEGEL, 1972, p. 142).

Quando duas liberdades individuais se encontram podem optar pela convivência ou conflito. Esta liberdade intersubjetiva permite a manutenção ou não da comunidade. Ela só se manterá se um ser reconhecer o outro através das instituições, da religião, do direito. Ou seja, é necessário ser livre sem eliminar o outro. Para Hegel, o estado não é o somatório de cidadãos isolados. É impossível desligar-se da sociedade.

O espírito do mundo retorna a si mesmo, rumo a conscientização de si mesmo, em três estágios: 1. O espírito de mundo se conscientiza de si mesmo, a razão subjetiva; 2. Atinge uma consciência mais elevada na família, na sociedade e no estado, a razão objetiva; 3. Atinge a forma mais elevada do autoconhecimento na razão absoluta, ou seja, a arte, a filosofia e a religião. Dentre elas, a mais

elevada é a filosofia, pois aí o espírito do mundo se encontra a si mesmo.

Lo que constituye su realidad espiritual es el hecho de que la Razón, que es su propio ser, se convierte para él en objeto en su calidad de sujeto cognoscente y se presenta a él como una objetividad inmediatamente existente. De este modo es el hombre conciencia; así participa en las costumbres, en las leyes, en la vida ética y estatal. (HEGEL, 1972, p. 143).

O mundo real é legitimado pelo reconhecimento do outro. É imperativo que não se limite a liberdade, é preciso torná-la possível. As liberdades se invadem e se limitam. Nada mais errôneo que o paradigma liberal de que minha liberdade vai, até onde começa a do outro. É necessário, portanto, a construção de uma segunda natureza. Esta é construída através da realização de algo em comum. Trabalho conjunto, não imposição de uma das partes. As liberdades individuais conviveriam em produções comuns permitindo ao homem exercer sua liberdade.

Kant usava premissas atemporais para o conhecimento do homem sobre o mundo. Hegel achava que as bases do conhecimento humano mudavam a cada geração. Portanto não existiriam verdades eternas. Não existiria razão desvinculada de tempo. O pensamento pode estar certo ou errado no ponto em que você se encontra na história. A razão é um processo progressivo e este é a verdade. Fora do processo histórico não existem critérios capazes sobre o que é

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

verdadeiro e racional. O espírito do mundo progride rumo a uma consciência cada vez maior de forma dialética. Neste processo histórico, só o racional é viável para o reconhecimento do outro, para o reconhecimento do nosso próprio eu e para traçarmos um projeto de futuro.

6 A QUESTÃO DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS NA GLOBALIZAÇÃO

A internacionalização, integração e complexidade de nossas sociedades levantou questões e incertezas em relação aos caminhos a seguir. Como conciliar democracia na economia com a racionalidade do mercado? Como superar o efeito nefasto da uniformização de regras e comportamentos sociais impostos pela globalização econômica? Como satisfazer as necessidades de sentido mais profundas que o ser humano exige? Como religar funcionalidade e sentido da vida, mercado e comunidade? Como garantir uma autêntica comunicação humana, um diálogo entre culturas diferenciadas? Como conciliar universalização e globalização?

As culturas são tradições vivas em processo de interação, o que exige uma filosofia intercultural que reconheça o papel central do diálogo nesse processo. A interculturalidade é uma exigência para que pessoas de diferentes culturas possam manter sua identidade junto com os outras; portanto, deve se constituir em um lugar filosófico

privilegiado para dar conta da atual realidade. Esse lugar deve ser descoberto pela razão, garantindo a todos os homens a possibilidade de compartilhar um espaço humanizador. Um espaço onde cada indivíduo e cultura precisassem dos demais para fazer-se, excluindo a existência de um sujeito mais poderoso que outro. Na verdade, a única alternativa ao etnocentrismo é o espaço moral nascido do diálogo intercultural. O mundo contemporâneo aproximou os homens de maneira inédita na história da humanidade. Essa aproximação cria a exigência moral de dar explicações ao outro, pois as demais culturas não podem reduzir-se à minha. Ninguém mais pode ficar indiferente ao outro.

Todas as culturas cultivam o ato de filosofar, pois esta é uma característica intrinsecamente humana. Enquanto a visão etnocêntrica toma como absoluta uma destas formas de filosofar, os relativistas encaram a filosofia de forma plural na medida em que ela se expressa em muitas línguas, muitos lugares, em formas múltiplas de expressão. A filosofia intercultural, indo além do relativismo, reconhece a centralidade do diálogo no ato de filosofar. A filosofia é um “que fazer” contextual, fato que significa ultrapassar o estudo de “textos clássicos” e buscar um saber que dialogue com a realidade e que a construa ao mesmo tempo (FORNET-BETANCOURT In: ARNAIZ, 2002, p. 109). De forma paradoxal, a filosofia supõe um esforço de transcender o que é dado empiricamente. O filósofo que tudo questiona é uma figura

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

insatisfeita com a cultura prevalecente e busca saltar mais além a fim de transgredir as fronteiras do que conhece. Na medida em que o filosofar se faz dialogando com o outro, o filósofo transgride sua cultura individual e entra no terreno intercultural que, às vezes, ajuda a criar.

É a partir da interação e dos conflitos que as culturas vão sendo modeladas. O projeto filosófico intercultural deveria reconhecer a centralidade do diálogo nesse processo. O modelo dialógico pressupõe abrir caminhos para a comunicação já que o grande problema é a consciência da existência e legitimidade do outro. Esse diálogo não é aquele que é travado com o vizinho que possui um horizonte cultural comum. O diálogo intercultural se dá com o estrangeiro: dois sujeitos de culturas diferentes que se escutam e tentam entender o que a outra pessoa está querendo dizer. No diálogo com o estrangeiro as regras se estabelecem no próprio diálogo, pressupondo uma intenção transcendente mais além dos interesses particulares dos participantes. Aspira-se uma harmonia que supera a razão pura e não se limita aos formalismos abstratos de validade geral.

A interculturalidade é um espaço moral que deve ser protegido e desenvolvido nos termos de uma racionalidade imbuída de valores de respeito, de dignidade, de não indiferença e de responsabilidade. Esta racionalidade tem que ser sempre voltada para os demais. O desafio da filosofia intercultural é se encarregar da incomensurabilidade das culturas em termos distintos do relativismo cultural em uso ou da eficácia dos distintos conteúdos culturais. O

discurso de uma filosofia intercultural deve pôr em relevo – dar razões – critérios de significação e sentido de uma interculturalidade humana e humanizadora. Não vale qualquer concepção de interculturalidade: deve-se eliminar toda concepção que não esteja baseada em parâmetros de encontro e diálogo, de crítica e alternativas, de universalidade e particularidade.

Estamos construyendo los pilares de un puente que, tal vez, posteriores generaciones se encargarán de tender y de completar. No importa tanto construir el puente, cuanto dar tiempo para que cada cultura, desde su orilla, construya sus pilares. Porque, entonces, el puente será el lugar de todos y todos podrán transitar de un sitio a otro, sin barreras, sin cortapisas y sin miedos a no estar suficientemente identificados (ARNAIZ, 2002, p. 17).

O discurso intercultural deve ser convertido em uma questão moral. A reconstrução de uma sociedade pautada nos valores acima mencionados passa por mudanças individuais e coletivas profundas, daí a necessidade de se discutir a questão da ética. Somos reflexo da sociedade e vivemos dois problemas extremos: a falta e o excesso de limites. O século que se inicia é marcado pela ausência destas balizas que orientam nossa conduta. Na pós-modernidade, tudo passa a ser relativo. O jargão popular já afirma que tudo é “uma questão de opinião”. Qual a diferença entre o permitido e o proibido? Entre o excelente e o medíocre? A ausência de princípios éticos mínimos

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

provoca uma banalização da cultura, das pessoas, das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o mundo atual marcadamente multicultural, as culturas se invadem e se limitam, tornando necessária a atualização da questão ética através de uma racionalidade hermenêutica. Um novo contrato social deve ser repensado a partir do diálogo entre todos os participantes do processo, onde cada um empenha sua palavra e sente-se engajado e responsável pelo seu cumprimento. Esse contrato não pode ser criado por regras provenientes de fora, pois essas se ligam a um ele, enquanto um contrato se relaciona com um nós. Como afirmou Hegel (1973), uma segunda natureza tem que ser construída através da realização de algo em comum.

Essa segunda natureza seria construída a partir do reconhecimento do outro, do trabalho comum e da não limitação da liberdade alheia. As liberdades individuais conviveriam em relações e produções comuns, possibilitando ao ser humano exercer sua liberdade. Essa seria a finalidade do ser humano enquanto ser livre, concebida por Aristóteles, Kant e Hegel. Nessa segunda natureza o homem se tornaria melhor ultrapassando seus limites.

Kant (1977) afirmou ser o homem, *a priori*, um ser que age moralmente e esta ação é subsumida à forma imperativa do dever. Em

um processo de autocoerção permitido por seu livre-arbítrio, o homem limita sua liberdade para ser livre. A liberdade é vista, nesta perspectiva, como a passagem do arbítrio (contingência) para necessidade (universalidade da lei autoimposta). Em suma, Kant considera o homem um ser moral, um animal metafísico, que é chamado a tornar-se melhor. Sua ação é boa ou má, necessariamente. Já Aristóteles (1985) e Hegel (1973) apelaram à experiência ao invés da subsumção. O homem torna-se ele mesmo um ser ético, se faz livre, elege o bem supremo. Ocorre uma passagem do que o homem é para o que deve ser. O homem adquire uma segunda natureza melhor através da educação. O homem com sua teimosia cria o homem livre mesmo que ele sucumba à tragédia do destino. Os homens tornam-se melhores do que são, pois exerceram sua liberdade sobre o destino.

Aristóteles, Kant e Hegel perceberam que o homem carrega consigo uma finalidade enquanto ser livre. Sendo um animal metafísico, o ser humano possui uma finalidade e esta se realiza na passagem da primeira natureza necessária para a segunda natureza livre. Nesta passagem, o homem pode tornar-se melhor, pondo-se acima da morte. A angústia metafísica, por exemplo, pode ser dissipada pela disciplina do trabalho. Neste sentido, paradoxalmente, o escravo é mais livre que o senhor. A autarquia humana é exercida na segunda natureza. Em termos hegelianos é autoprodução do homem. Segundo Kant, o homem dá-se a liberdade do dever, do ultrapassar

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

limites. Somente essa segunda natureza pode garantir o estabelecimento de relações interculturais pautadas pela boa ética.

A busca dessa segunda natureza é um trabalho comum que passa pelo diálogo que necessita das invariantes culturais. A partir daí seria possível pensar uma nova ética que renunciasse à lógica da imposição para garantir a sobrevivência de mundos culturais diferentes. Indo além da comunicação racional por conceitos, o discurso intercultural se converteria em uma questão moral. Essa ética proposta se basearia no respeito aos símbolos do outro, ao mesmo tempo permitiria a crítica aos mesmos, estabelecendo uma mestiçagem cultural. As culturas se afetariam eliminando coisas nocivas, enfatizando as valiosas e deixando claro que o eu sozinho não existe. A autarcia só é conseguida no nós, porque o pressuposto do desejo ético é a reciprocidade/reflexão do nós. A ética intercultural se constrói baseada na flexibilidade da ação humana e esta só é possível nas produções em comum e no diálogo.

A interculturalidade é hoje uma necessidade para corrigir a assimetria do mundo globalizado, garantindo o pleno desenvolvimento de todas as culturas. Pelo diálogo intercultural podemos compreender as diferentes culturas e praticar a tolerância e o pluralismo. Talvez muitos concebiam esse projeto como uma utopia que não se encaixa no terreno do exequível. Trata-se certamente de um ideal difícil de ser alcançado, porém, é característico da humanidade imaginar um mundo melhor e transformar, ao menos uma parte dele, naquilo que sonhou.

Ao ansiar por aquilo que não existe podemos produzir alguns resultados. A interculturalidade é uma alternativa possível para se construir um mundo com mais solidariedade entre culturas que se comunicam sem perder sua identidade.

A questão da ética nos coloca frente ao fenômeno da vontade, desejo. Todo ser vivo tem o desejo de satisfazer desejos. Freud (1992), por exemplo, falava de pulsão de vida e morte do ser humano. Há, porém, uma diferença entre a pulsão natural e a humana. O desejo animal destrói o objeto: bebo a água, como a carne,... É um desejo egoísta, pois ocorre um consumo absoluto. O desejo humano, ao contrário, conserva o objeto. No caso do amor eu desejo o outro e o desejo dele, numa relação de reciprocidade. Há uma retribuição ao contrário da relação com objetos da natureza. O pressuposto do desejo ético é a reciprocidade/reflexão do nós, é um desejo de existência tornando-se necessário uma reciprocidade entre os participantes.

Na construção de uma ética intercultural, o desejo do desejo é substituído pela troca. Para que o homem trilhe o caminho da ética, exige-se a repressão do desejo e o retardamento do consumo. As relações interculturais introduzem uma medida comum e ajudam a educar o homem. Em síntese, a ação humana se torna racional e adquire uma medida que permite estabelecer de comum acordo fins e meios racionais. É a reflexividade da ação humana. A estabilidade exige a expectativa de ação recíproca, a reflexividade da ação. O

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um Mundo Globalizado

axioma, então, se torna claro: só posso fazer no outro o que ele mesmo faz em si. Ou seja, só posso agir no outro por meio do outro, um agir duplicado. O pressuposto básico deste axioma é a liberdade de ação. Na relação entre sujeitos livres um só faz o que o outro consentir. Como afirmou Hegel, o “eu que é um nós” (HEGEL apud HIPPOLITE, 1999, p. 10). Nada é fenômeno unilateralmente.

O mito de Protágoras de Platão (1986, p. 320-321) simboliza bem o paradoxo da individualidade típico da condição humana. Prometeu e Epimeteu deveriam cuidar que os animais saíssem debaixo da terra e fossem ordenados. Epimeteu cuidou do assunto dando garras a alguns, pelos para outros, penas,... Ao homem ele nada deu. O homem é visto aqui como animal carente. Prometeu ao analisar a obra do irmão resolve dar ao homem a razão política, a idéia de associação de iguais. Os animais são autárquicos, pois tem suas próprias armas para suprir suas carências. O homem como indivíduo não pode ser autárquico, ele só o é coletivamente. Ele é forçado a renunciar à sua autarcia para suprir sua carência. A satisfação depende do grupo. Aristóteles vai demonstrar, posteriormente, que a autarcia exige a organização política do grupo. O homem busca a autarcia, mas não pode consegui-la sozinho. O grande paradoxo é que aquilo que me torna feliz, não é possível sozinho. A ética é sempre coletiva e derivada do diálogo. É na vida em comum (*koinomia*) que a felicidade se realiza.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

ARNAIZ, Graciano González R. (org.). **El discurso intercultural: prolegómenos a una filosofía intercultural**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. Filosofía e interculturalidad en América Latina: intento de introducción no filosófica. In: ARNAIZ, Graciano González R. (dir.). **El discurso intercultural: prolegómenos a una filosofía intercultural**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002, 107-120.

FREUD, S. (1933) "Pourquoi la guerre?" In: **Résultats, idées, problèmes II**. Paris: PUF, 1992, p. 203-215.

HEGEL, Georg W. F. **La razón en la historia**. Madrid: Seminarios y Ediciones, 1972.

_____. **Fenomenología del espíritu**. México: FCE, 1973.

HIPPOLITE, Jean. **Gênese e estrutura da fenomenologia do espírito em Hegel**. São Paulo: Discurso editorial, 1999.

KANT, Immanuel. **La metafísica de las costumbres**. Madrid: Tecnos, 1994.

Fundamentos Racionais da Ética e Relações Interculturais em um
Mundo Globalizado

_____. **Crítica de la razón práctica**. Buenos Aires: Losada, Buenos, 1977.

LIMA VAZ, Henrique C. de. **Escritos de Filosofia IV: Ética Filosófica** 1. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MIRÁNDOLA, Giovanni Pico Della. **Discurso sobre la dignidad del hombre**. Barcelona: Promociones y publicaciones universitarias, 1988.

PLATÃO. **Protágoras**. Fortaleza: Ed. UFC, 1986.